A concepção da liberdade na crítica marxiana

*Guilherme Oliveira e Silva*¹

Resumo: O trabalho que ora apresento tem por objetivo a explicitação da categoria de liberdade no projeto crítico de Karl Marx. Para tal empreendimento, tomamos como eixo expositivo os conceitos de trabalho e alienação.

Palavras-chave: Marx. Marxismo. Alienação. Trabalho. Liberdade.

Abstract: The work I present here aims to explain the category of freedom in Karl Marx's critical project. For this endeavor, we use the concepts of work and alienation as an expository axis.

Keywords: Marx. Marxism. Alienation. Work. Freedom.

INTRODUÇÃO

A influência de Marx só pode ser comparada com figuras como Jesus e Maomé. São esses os termos que Singer (2003) utiliza para começar a falar sobre Marx. Essa afirmação se sustenta porque “[...] na maior parte do século XX, aproximadamente quatro em cada dez pessoas viviam sob governos que se consideravam marxistas e afirmavam – ainda que isso possa parecer implausível – usar os princípios de Marx para decidir como a nação deveria ser dirigida” (SINGER, 2003, p.13). Ainda seguindo Singer, podemos notar que a influência de Marx não parou por aí. Foi com seu espectro no encaço que governos introduziram, positivamente, reformas sociais. O lado negativo é que, por medo que esse espectro se encarnasse (mesmo em casos onde a ameaça não era real, mas somente uma ferramenta de dominação), muitos governos conservadores conseguiram ganhar força.

Com a queda da URSS e com o avanço do capitalismo, agora sem opositor, Marx foi tratado como um artigo de museu que só despertava interesse no meio acadêmico. Desde

1 Guilherme Oliveira e Silva foi orientando do Prof. Dr. Édil Guedes em sua primeira iniciação científica, concluída em 2016 e realizada na modalidade IC Voluntária, como estudante de Filosofia. Seu plano de trabalho esteve vinculado ao Projeto de Pesquisa de seu orientador, intitulado “Fundamentos filosóficos da relação entre Ética e Economia”, dentro da linha de pesquisa Ética. Logo na sequência, Guilherme ainda desenvolveria outro trabalho de iniciação científica, sob a orientação do mesmo professor-pesquisador, vinculado ao mesmo projeto. Sua graduação em Filosofia pela FAJE foi concluída em 2016, e entre 2017 e 2019, também na FAJE, cursou e concluiu o Mestrado em Filosofia. Na condição de mestrando, ele atuou como Avaliador Discente do PIBIC entre setembro de 2018 a fevereiro de 2019, inaugurando esta categoria dentro programa, cujo propósito é o de o Gestor Acadêmico poder contar com pós-graduandos como seus braços auxiliares e reforçar a articulação institucional entre a graduação e a pós-graduação dentro da Faculdade. E a sua dissertação de mestrado, “O fetichismo na obra marxiana: a contradição do trabalho na sociedade moderna”, defendida em 2019, foi a selecionada pela FAJE dentre todas aquelas defendidas entre agosto de 2018 a agosto de 2028, para ser indicada ao Prêmio ANPOF. E-mail do autor: gui02oliveira@gmail.com

então, passamos de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado onde, isso já era um fenômeno da época de Marx e tem ainda mais força para nós, as relações econômicas determinam nossas relações interpessoais. O mercado domina nossa vida. E aqui Marx se mostra atual. Marx pensa uma configuração diferente para nossa sociedade. Pensa uma sociedade onde os valores não reinarão sob nossas vidas. Onde teremos satisfação em nossa atividade. Por isso o comunismo seria o enigma resolvido da história. Não precisamos aceitar sua resposta, mas, frente a uma sociedade onde os valores de mercado dominam nossa vida, precisamos pensar em uma alternativa. Precisamos nos colocar a pergunta: esse é o jeito que queremos viver?

Nesse trabalho encaramos Marx como um clássico da filosofia moderna. Não nos filiamos ao marxismo, que se configura como um grande obstáculo entre nós e Marx (HENRY, 2015, p.7), nem aos detratores de plantão que se encontram aos montes. Assim como Henry, esforçamo-nos a retornar em suas intuições originais. Analisaremos a concepção de liberdade de Marx e como essa surge na crítica da economia política. Para isso, partimos da concepção de homem de Karl Marx. Corroboramos a tese de Vaz quando este afirma que a antropologia filosófica é o “coração da mundividência marxiana” (VAZ, 1982, p.13). Apoiados no par conceptual, que sustenta a visão marxiana de homem, *trabalho* e *alienação*, teremos os contornos da concepção de liberdade, e de seu oposto, o determinismo, de nosso autor.

1 ANTROPOLOGIA E TRABALHO

O ponto de partida de Marx é o homem enquanto um ser natural e portador de necessidades. Mas não como o naturalismo estático, contemplativo e não mediado de Feuerbach². O ser natural de Marx é um ser da natureza que se define a partir de sua relação com ela, a saber, o trabalho; com isso, podemos afirmar com Shapiro que

Marx também se parece com Bentham pelo fato de fundamentar sua teoria em um relato dos interesses básicos do organismo humano [...] Marx sustentava que, embora “se possa distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira”, eles se distinguem dos animais “logo que começam a produzir seus meios de existência”. (SHAPIRO, 2006, p.96).

2 “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [Objekt] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [sinnliche Objekte], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [gegenständliche Tätigkeit]. Razão pela qual ele enxerga, n^o a essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica””. (MARX, 2007, p.533)

Sobre o mesmo tema Vaz assevera que “[...] enquanto o animal é sua própria vida, ao homem cabe produzir a sua” (VAZ, 2006, p.119). Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx se expressa nos seguintes termos

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz a sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade animal. (MARX, 2010^a, p.84).

Portanto, o trabalho é o que há de específico no homem em relação aos outros seres naturais. Nesse momento, estamos unidos, mesmo que de maneira sucinta, dos termos fundamentais que articulam a noção de trabalho em Marx. Temos: homem ↔ trabalho ↔ natureza.

Ressalta-se, por oportuno: o homem não é homem porque satisfaz necessidades. Isso é comum a qualquer ser natural. É homem porque satisfaz suas necessidades a seu modo. O que implica que ao produzir, produz a si mesmo³. E produzir a si mesmo é produzir sua própria natureza, seu modo específico. A humanidade do homem é sempre uma conquista oriunda da relação homem ↔ trabalho ↔ natureza. A seta que aponta para os dois lados quer dizer que a relação não se faz ao modo causa → efeito. Ao contrário, a seta indica que há uma relação dialética onde os termos se determinam reciprocamente. A relação do homem com o trabalho condiciona sua relação com a natureza, e essa relação com a natureza condiciona sua atividade produtiva e assim por diante. Desse modo, vemos que a natureza do homem está sempre em constante mutação e em perpétua conquista de si mesmo⁴.

Acerca do caráter prometeico do homem nessa inalienável tarefa de conquista de sua humanidade, Mészáros diz:

Nada é, portanto, “enraizado na natureza humana”. A natureza humana não é algo *fixado pela natureza*, mas, pelo contrário, uma “natureza” que é *feita* pelo homem em seus atos de “autotranscendência” como ser natural. É desnecessário dizer que os seres humanos – devido à sua constituição biológica natural – têm *apetites* e várias propensões naturais. Mas no “ato autotranscendente consciente de vir-a-ser” eles se transformam em *apetites* e propensões *humanos*, modificando fundamentalmente seu caráter, passando a ser algo *inerentemente histórico*. (MÉSZÁROS, 2006, p.156).

3 “É provavelmente na noção de necessidades humanas que Marx encontra a diferença específica para formular a definição de natureza humana”. (VAZ, 2006, p.119)

4 Cabe notar que a intenção do jovem de uma reconciliação absoluta entre homem e natureza, ou, nos termos de Marx, uma conciliação absoluta que resultaria em uma natureza antropológica e um humanismo naturalista se altera significativamente em sua obra madura onde a natureza se apresenta como negatividade perpétua. “[...] Há a natureza subsumida pela vida humana, mas sempre há a natureza como ser outro, que nos impõe um condicionamento primeiro e inalienável.” (GUEDES, 2014, p. 94)

Vejam os seguintes trechos, para os nossos propósitos, do texto *A ideologia alemã* e de que modo ela nos ajuda a compreender a radicalidade da concepção marxiana de trabalho:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX, 2007, p.34).

Logo, entendemos que, para o homem, como Marx o compreende, a importância do trabalho reside no fato de que ao produzir, o homem produz a própria vida. Primeiro de maneira natural, e, depois, ao modo humano. Nesse contexto, o trabalho aparece como atividade teleológica e, a partir dele, todos os atributos especificamente humanos surgem. Por exemplo, a consciência, a linguagem⁵.

Aqui reside a diferença específica do homem para com os demais seres naturais. Retorna-se à um ponto já citado no texto; mas agora, mediado por suas determinações. Disso, depreende-se que em sua atividade o homem constrói na consciência e imprime a forma no objeto. É consciência objetivada e a matéria subjetivada. Aqui nos é deveras esclarecedora citação do texto de Guedes. Vejamos

[...] O ser humano é um ser *natural*, mas que ao mesmo tempo *tem* de fazer-se. Sua relação com a natureza exterior e com a sua própria é uma relação ativa. Ele deve haver-se com a natureza, inexoravelmente, mas revestindo-a de sua humanidade – o que aqui constitui alterá-la, e a si mesmo. E essa alteração da materialidade da coisa não ocorre pelo movimento dela mesmo, mas sim, diz Marx, da ideia que o sujeito imprimiu a ela. *A natureza é habitada fisicamente, pela representação*. O texto de Marx não afirma outra coisa. É a imaginação feita atividade que se exterioriza, que se objetiva. Essa objetivação, como se viu, não pode tomar-se apenas como o resultado exterior da

5 “A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens”. *A ideologia alemã*, p. 34-35.

atividade humana, mas como *movimento de autoexpressão do trabalho*, reconhecido reflexivamente na existência exterior de suas representações. Do trigo ao pão, do galho à lança, do cacau ao chocolate, da matéria natural ao fim estabelecido pela vontade. O trabalho é, essencialmente, *atividade criativa (schöpferische)* e *formativa (formende)* ou *doadora de formas (formgebende)*. A objetividade original da natureza é subjetivamente consumida pelo trabalho e a subjetividade do trabalho se suprassume ao objetivar-se em seu produto. (GUEDES, 2014, p.204)

Deixamos um ponto em aberto, propositalmente, que nos será muito útil para conclusão dessa questão. Dissemos que o trabalho é uma atividade teleológica, porém, não dissemos qual é o fim dessa ação.

É evidente que cada atividade tem um escopo determinado e um modo particular de operação. Também é evidente que seja orientada a um fim e que para isso precise de meios e objetos (MARX, 2013, p.256). Mas o importante é que, como nos diz o clássico exemplo da comparação entre a abelha e o arquiteto, é que a atividade produtiva é mediada. Que “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p.256).

O ponto crucial da argumentação é exatamente que o fim da atividade do homem é ele mesmo. Guedes nos mostra que o trabalho (não podemos esquecer que essa concepção é mediada pelas concepções de natureza e homem), em Marx, aparece primeiro (1) de modo natural e a natureza como realidade não humana. Totalmente exterior. Depois (2), como condição/pressuposto fundamental. Em seguida, como condição fundamental, como pura necessidade. E, por último, como “modo de ser humano sobre a natureza [...] (GUEDES, 2014, p.94)”, donde surge o homem e seus atributos. À guisa de conclusão e esclarecimento, vejamos diretamente o texto:

[...] O ser humano não existe senão como atividade para Marx. Afinal, sem a sua atividade, e isso não é um mero jogo com as palavras, ele simplesmente não existe. É ela que o produz, em certo sentido – é ela que o institui. **Ora, o principal objeto, o último objeto da ação humana é, então, o próprio ser humano.** A atividade humana não é apenas indefinida quanto aos seus meios (já que os naturais em si e para si não nos prestam: hão de tornar-se para nós) e modos (a técnica e os instrumentos para o seu exercício já não são natureza, ou já são a natureza suprassumida), mas principalmente quanto aos seus fins. O que o ser humano há de objetivar por meio de sua atividade não pode ser senão ele mesmo [...]. (GUEDES, 2014, p.95-96).

Como não existe trabalho senão determinado por uma forma social específica, o lugar do trabalho no modo de produção capitalista será o próximo assunto do qual vamos tratar.

2 ALIENAÇÃO

A alienação, ou o trabalho alienado, surge como problema para Marx “pela oposição entre a essência do homem como ser consciente e livre e a sua situação histórica real, que se apresenta como a perda ou ‘alienação’ de sua essência⁶. (VAZ, 1982,p.13)”.

O que queremos dizer com isso é que, Marx, a partir de sua concepção de homem teoriza sob o ponto de vista de como os homens deveriam viver de acordo com sua “essência”. Destarte, o tema da economia, ação onde os homens produzem e produzem-se, ter sido o objeto de estudo privilegiado da vida de Marx. Por isso podemos afirmar com Mészáros que a concepção de alienação é eminentemente histórica.

Toda empresa intelectual assim como sua opção pela ação revolucionária, perderiam seu sentido se não repousassem no pressuposto de uma ideia normativa do homem que venha a ser realizada no estágio final da História, na sociedade “desalienada”. (VAZ, 1982, p.13)

Marx afirma que, sob o modo de produção capitalista, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...]” (MARX, 2010a. p.80). O sentido dessa afirmação é que o trabalhador se relaciona com o objeto produzido como algo estranho e ao se relacionar com o produto como algo hostil que se lhe defronta, ele reproduz todas as complexas relações sociais que o produzem como trabalhador-mercadoria. Ele não se realiza no trabalho. Ao contrário, sua atividade é convertida em meio de subsistência. Não que ela não seja, mas, nesse modo, ela perde seu caráter de autoexpressão e torna-se mero meio de satisfação de necessidades⁷. Portanto, quanto mais ele *faz*, menos ele é. Quanto mais riqueza produz, mais pobre ele é. Assim, Marx nos diz,

(O estranhamento do trabalhador em seu objeto expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o tra-

6 VAZ, H. C. L. *Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx*, p. 13 Nesse ponto, podemos inferir que as análises de Marx tem um forte cunho moral (não fazendo distinção entre ética e moral), afinal, “[...] a crítica da economia política só se torna possível a partir de juízos de valor no que diz respeito à concepção de homem e que conduzem inevitavelmente ao problema da alienação”. *Ibid.*, p.14

7 “Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal”. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína [mente] humanas. Porém, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais. (MARX, 2010a, p. 83).

balho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador). (MARX, 2010a. p.82)

Em poucas palavras, podemos resumir que a alienação consiste em: o ser humano perde seu papel de sujeito no processo de produção de sua própria vida, e o capital é colocado como sujeito, em seu lugar. Os homens começam a representar a produção de suas vidas de maneira invertida. E nessa inversão que Marx enxerga a suprassunção prática desse modo de vida.

A tese forte de Marx é que o capital, e conseqüentemente o capitalismo e o burguês, que é seu representante, é justificado historicamente pelo seu “papel revolucionário”. Aliás, revolucionar todos os âmbitos da sociedade é sua condição de existência. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx, juntamente com Engels, expressa sua visão sobre a burguesia:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante em todo sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem antiquadas antes de se consolidarem. *Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado* e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (MARX, 2005, p.43)

Ou seja, ao rasgar todos os laços que prendiam os homens ao antigo modo de vida para que se estabeleça “o laço do frio interesse, as duras exigências do ‘pagamento a vista” (MARX, 2005, p.42). No estabelecimento do “frio interesse” o indivíduo pôde parecer “desprezado dos laços naturais que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado”. (MARX, 2011. p.54).

A consequência disso foi o reconhecimento da economia política, que é a expressão teórica dessa realidade econômica, do trabalho como fundamento da propriedade privada. Disso, podemos extrair duas consequências:

1. Com o avanço do capitalismo, o homem tornou-se livre das amarras de outros tempos.

Como resultado:

2. O estranhamento foi deslocado do exterior para o interior do homem⁸.

8 “Sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo principio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização conseqüente da renegação do homem, na medida em que ele próprio não mais está numa tensão externa com a essência externa da propriedade privada, mas ele próprio se tornou essa essência tensa da propriedade privada”. (MARX, 2010a, p. 100).

Então chegamos ao cerne da argumentação de Marx: há uma necessidade ontológica de superação do estado atual do modo de vida dos homens. E essa necessidade se apoia nesse duplo aspecto. Como diz Marx: “[...] justamente nisso repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida humana necessitou da propriedade privada para sua efetivação, como, por outro lado, de que ela agora necessita da suprassunção da propriedade privada”. (MARX, 2010a, p.156).

Com isso, concluímos com Guedes e Guimarães que “O capital, como forma suprema da alienação, é compreendido, pois como o momento de afirmação negativa do processo dialético da autorrealização do homem que, enquanto ser histórico e social, só pode realizar-se como vir-a-ser, como projeto inacabado” (GUIMARÃES; GUEDES FILHO, 2015, p.144).

3 TRABALHO, ALIENAÇÃO E LIBERDADE

Até aqui, procuramos demonstrar que a concepção de trabalho, em Marx, é o ponto fundamental de sua filosofia tanto porque nos remete à sua antropologia quanto a concepção da alienação. Nos termos de Marx, lê-se assim:

Onde a necessidade de vestir-se o obrigou, o homem costurou por milênios, e desde muito antes que houvesse qualquer alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p.120)

A força dessa concepção de trabalho é descrita por Manfredo A. de Oliveira da seguinte forma:

Para Marx, a produção é a “atividade fundamental” da vida do homem. No processo de trabalho, o homem confronta-se com uma poder natural, com a matéria da natureza, dotada de leis próprias [...] O homem age com suas forças naturais para assimilar utilmente à sua vida matérias oferecidas pela natureza. A produção da vida material é, pois, condição fundamental de toda história. Mas o trabalho é essencialmente em sociedade, apropriação da natureza pelo homem no seio e por intermédio de determinada sociedade (OLIVEIRA, 1993, p.254).

E como o final do texto indica, o trabalho é sempre determinado no seio de uma determinada sociedade. É e nesse campo que encontramos a concepção de liberdade em Marx. Primeiro numa forma negativa, e em uma análise que é anterior à crítica da economia política, e depois, já na crítica da economia política, a concepção de liberdade ganha contornos positivos. Mas cabe frisar que não há contradição entre o sentido negativo e positivo. Ao contrário, se constata uma evolução no pensamento de Marx de modo que os dois aspectos da liberdade se implicam reciprocamente. Agora, trata-se de expor o sentido negativo e positivo de liberdade em Marx.

Em *Sobre a questão judaica* o problema da liberdade emerge de outro, mas intrinsecamente relacionado à este, problema: a cisão entre Estado e sociedade civil. Marx pretende demonstrar que a emancipação política não corresponde, necessariamente, a uma emancipação humana⁹.

A crítica de Marx se dirige ao artigo de Bruno Bauer chamado *Die Judenfrage* (A questão judaica). Nesse artigo Bauer vai discutir qual a possibilidade da liberdade política do judeu em um Estado cristão¹⁰. Ao contrário de Bauer, que trata da questão em termos teológicos, ou seja, quais são os aspectos da religião judaica que fazem com que os judeus fiquem presos a essa condição, Marx vai pensar a questão da emancipação judaica de outra forma. Assim procede Marx:

Observemos o judeu secular real, o judeu cotidiano, não o judeu sa-
bático, como faz Bauer. Não procuremos o mistério judeu em sua re-
ligião; procuremos, antes, o mistério da religião no judeu real. Qual é
o fundamento secular do judaísmo? A necessidade prática, o interes-
se próprio. Qual é o culto secular do judeu? O negócio. Qual é o seu
deus secular? O dinheiro. (MARX, 2010b, p.56)

Aqui, o judaísmo é entendido como o espírito prático do Estado. Por isso o Estado, pautado pela prática judaica não pode ser realmente livre. E no âmbito abstrato, o Estado é cristão pelo seu caráter espiritualista e exterior; ou seja, de entender como exterior algo que é interior. Assim Marx entende,

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, es-
tamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, esta-
mento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao
proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferen-
ças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar

9 “A questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana”. (MARX, 2010b, p. 38. Grifos do autor).

10 No contexto do texto é importante enfatizar que Marx toma liberdade e emancipação como sinônimos. Isso porque a emancipação política do judeu, para Bauer, lhe daria a possibilidade de gozar dos *droits de l’home et du citoyen*, entre eles, a *liberté*. Marx pretende demonstrar que a “emancipação social do judeu equivale à emancipação da sociedade em relação ao judaísmo”. (MARX, 2010b, p. 60)

todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, 2010b. p.39-40)

Eis o cerne da argumentação de Marx acerca da liberdade em sentido negativo. Aqui reside a cisão entre sociedade civil e Estado. Na oposição entre prática e ideal.

Enquanto o Estado iguala o cidadão por meio dos direitos abstratos de forma que ele parece negar a prática burguês enquanto membro da sociedade civil, na verdade, o Estado a legitima e a tem como fundamento. O espírito do judaísmo, nesse caso, usando a expressão de Weber, corresponde ao *espírito do capitalismo* e, conseqüentemente, do burguês. Por isso Marx conclui “[...] a realização plena do idealismo do Estado representou concomitantemente a realização plena do materialismo da sociedade burguesa (MARX, 2010b. p.52)”.

Desse modo a emancipação do homem não corresponde à emancipação do cidadão. Ou seja, a emancipação humana não acompanha a emancipação política. O homem é liberto dos grilhões políticos na esfera da abstração, porém, continua preso na sua prática. E assim o Estado fica submetido à sociedade civil. Servindo como meio aos seus fins. A liberdade abstrata é negada na prática. Formalmente, a liberdade é “o poder que pertence ao homem de fazer tudo quanto não prejudica o direito do próximo”. (MARX, 2010b. p.48). O que está em consonância com o direito a propriedade: “O direito de propriedade é aquele que pertence a todo cidadão de gozar e dispor à vontade de seus bens, renda, fruto de seu trabalho e de sua indústria (MARX, 2010b. p.49)”. O que corresponde a

[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. (MARX, 2010b. p.49)

Logo,

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (à son gré), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade

burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. Mas, acima de tudo, ela proclama o direito humano, “de jouir et de disposer à son gré de ses biens, de ses revenus, du fruit de son travail et de son industrie”. (MARX, 2010b, p.49).

Portanto, a submissão da liberdade à propriedade privada inviabiliza sua efetivação prática. Numa palavra: “No assim chamado Estado cristão, o que tem validade é a alienação, e não o homem” (MARX, 2010b, p. 45). E é da imposição da propriedade privada que surge o sentido positivo de liberdade. Isso porque a crítica da economia política é a crítica da propriedade privada. Uma enquanto realidade e outra expressão teórica.

Agora, apresentaremos a crítica de Marx ao modo em que o trabalho se efetiva sob o modo de produção capitalista para compreender o sentido positivo de liberdade. Marx, nos *Manuscritos*, mostra à que papel o trabalho foi relegado na sociedade capitalista. Vejamos,

A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Esta objetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desejetivação* (*Entwirklichung*). Do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). (MARX, 2010a, p. 80).

A crítica de Marx ganha força exatamente pela sua concepção de homem, que para ele é um ser *genérico*. Ser genérico significa que o homem, tanto intelectual, como praticamente, faz de si e de sua atividade a de toda a espécie. Quando, enquanto ser específico da natureza se faz ser universal, acima de suas necessidades. Somente enquanto ser genérico pode ser livre. Marx assim define: “No modo (*art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2010a, p. 84).

Fica claro que o homem, ao produzir, ou seja, ao mediar-se, produz seu mundo, sua vida. Produz a si mesmo enquanto homem. E quando produz como ser genérico, vai além da carência física. Aliás, só produz verdadeiramente quando, quando livre de carências naturais¹¹.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre de carência física,

11 O caráter genérico do homem remete indispensavelmente ao homem como um ser social. Como um ser que não pode ser livre isolado dos outros homens. Exploraremos esse tema na última sessão do texto.

e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com seu produto. O animal forma apenas segunda a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2010a, p.85).

Porém, não é assim que as coisas se efetivam. Sob o modo de produção capitalista, a *atividade vital* aparece somente como *meio de vida* individual, vida genérica como meio de existência física.

Para entendermos melhor a profundidade da questão, cabe lembrar os aspectos essenciais de como Marx formula a questão. Mészáros enumera três condições que devem ser colocadas ao tratar do tema da liberdade em Marx. A saber,

1. Submissão à necessidade natural;
2. “do poder de interferência dos outros homens, e”
3. “em relação a um exercício mais cabal de seus próprios poderes essenciais” (MÉSZÁROS, 2006, p.142).

Não há como negar que o modo de produção capitalista elevou o nível de liberdade em relação ao modo feudal. Não obstante, ao pensarmos na dinâmica das relações capitalistas de produção, temos uma falsa consciência de liberdade, porque o avanço das forças produtivas, que nos propiciaram um enorme avanço no que diz respeito a dependência da natureza, é visto como um processo cego e totalmente exterior. E essa é a consequência do trabalho alienado. Isso porque Marx responde as questões da seguinte forma:

- 1) “A natureza é o *corpo inorgânico* do homem [...] Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]” (MARX, 2010a, p.84).
- 2) “Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado o outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (MARX, 2010a, p.86).
- 3) “[...] o trabalho estranhado reduz a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (MARX, 2010a, p. 85)

Vimos que o homem, quando submetido ao trabalho alienado/estranho se estranha dos outros homens, de sua atividade, do produto de sua atividade de da natureza. Mas, se esse produto se lhe defronta de maneira hostil, isso só acontece porque ele pertence a outro homem que lhe parecer hostil da mesma forma. Sua atividade foi submetida, como martírio, ao julgo de outro homem. Assim, o trabalho alienado insere na relação alguém que está fora dessa relação, a saber, o capitalista. E aqui temos a propriedade privada, que consiste na apropriação privada dos produtos do trabalho. E “a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (äusserlichen) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 2010a, p.84).

Portanto, podemos concluir, com Meszáros, numa palavra: “A liberdade”, em sentido positivo, “é, assim, a realização da finalidade própria do homem: *a autorrealização no exercício autodeterminado e externamente não impedido dos poderes humanos*” (MÉSZÁROS, 2006, p.170).

4 EXCURSO: DETERMINISMO

A discussão determinismo x liberdade perpassa toda tradição do pensamento filosófico. Marx comparece a essa discussão. De modo geral, é visto como um determinista, que prioriza o todo em detrimento do indivíduo. Vejamos se essa tese se sustenta e quais são os contornos desse assunto no pensamento em seu pensamento.

A acusação de determinismo na obra de Marx parece se fundamentar, sobretudo, em uma passagem que se encontra no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* onde se diz:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. *Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.* (MARX, 2003, p. 5)

Num primeiro olhar, esse determinismo parece se confirmar. Parece que as forças produtivas determinam cegamente as relações de produção. E o sujeito, diluído nas relações de produção, é determinado pelas forças produtivas materiais. Cabe demonstrar agora que esse determinismo não vai além de um mero “parecer”. Para isso, temos que analisar a

concepção de *força produtiva*, sua relação com a concepção de *relações de produção* e explicitar seu sentido.

O texto deixa claro que as forças produtivas não existem soltas no ar, mas, ao contrário, no bojo de uma sociedade em determinado período histórico. Aqui temos a primeira relação, e muito rasa, entre forças produtivas e homem. O homem, enquanto ser natural, precisa trabalhar para produzir(-se). Mas essa produção da satisfação de suas necessidades e produção de si também não flutua no ar, mas se dá no seio de determinada sociedade. O conjunto da capacidade de trabalho, determinado pelo grau de desenvolvimento, é chamado de força produtiva material.

Como já vimos, o homem não tem sua natureza dada. Precisa conquista-la. E vimos que ele conquista-a através de sua atividade produtiva, o trabalho. Portanto, as forças produtivas são sempre forças produtivas do trabalho de forma que elas não são algo imposto de fora, mesmo que em determinado período histórico elas apareçam dessa forma, mas são a objetivação de sua capacidade de trabalho, são suas crias. Julio F. de Oliveira esclarece esse tema: “Fica claro, então, excluindo mal-entendidos, que as forças produtivas não são exteriores e estrangeiras ao ser humano; ao contrário, são criações de sua vida social, manifestação dele, objetivação de si” (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Quando nascemos, não escolhemos o local e nem o período histórico. Por isso as relações de produção que o homem adquire são determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. Porque estão condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Se há determinação, teríamos que chamar de autodeterminação. E essas forças produtivas correspondem a mediação do metabolismo entre homem e natureza. Em relação com a natureza, significa que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho corresponde à satisfação e o domínio de suas necessidades. E aqui, ao contrário de um determinismo, entramos, novamente, no terreno da liberdade.

Dissemos que a determinação das relações de produção pelas forças produtivas aparece como autodeterminação. Ou seja, definimos nos mesmos termos que definimos liberdade. Isso porque com o desenvolvimento das forças produtivas o homem assume um posto de senhor de suas condições, e como senhor de suas condições, sua atividade não é determinada para nenhum outro fim que não o próprio sujeito. O desenvolvimento das forças produtivas é igual ao livre desenvolvimento de seus poderes essenciais.

Mas lembremos, e isso nunca é demais, que esse processo se dá com a natureza como pressuposto inalienável. Isso significa que o reino da liberdade só pode ser erguido sob o reino da necessidade. Marx, canonicamente conclui esse tema nos seguintes termos:

O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; Portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem

tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo. Em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-a para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob condições mais dignas e adequadas à sua natureza. Mas esse sempre continua a ser um reino de necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. (MARX, 1984, p.273)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho pretendeu mostrar a centralidade da concepção de trabalho para se pensar o tema da liberdade em Marx; e, de acordo com Singer, “[...] a liberdade era a preocupação central de Marx (SINGER, 2003,p.99).

Ao contrário de uma posição liberal que entende liberdade como não interferência de outros ao seu gozo privado, Marx entende liberdade como associação. Associação no domínio da natureza. Esse domínio da natureza é mediado pelo trabalho, que só se presta a esse fim enquanto força social. Esse é o primeiro passo: “O homem só é livre, em primeiro lugar, como senhor da natureza (OLIVEIRA, 1993,p.253)”.

Disso poderíamos concluir que o homem, com o avanço de suas forças produtivas é livre? A resposta de Marx é um severo não. E por dois motivos: 1) Porque o homem lida com a esfera da produção como uma lei cega. Lida com a economia como uma coisa. Algo totalmente exterior. Ou seja, a economia se impõe com a força de uma lei natural; 2) Porque produz isoladamente, e como implicação de 1), não controla socialmente sua produção. Do desenvolvimento das forças produtivas não resultou associação, mas competição.

Mas nem tudo são trevas. Mar via um sentido na história. Ora, o desenvolvimento das forças produtivas não significa outra coisa que não o desenvolvimento do próprio homem. Esse caráter de afirmação de pés para o alto é um estágio necessário e provisório. O homem necessitou disso tanto quanto necessita de uma mudança. Os resquícios de um modo de produção que incentiva a competição podem ser positivamente alterados porque

A teoria de Marx de que a natureza humana não está determinada para sempre, mas de que ela se altera de acordo com as condições econômicas e sociais de cada época sustenta a expectativa de transformar a sociedade modificando a base econômica de traços humanos tais como a ganância, o egoísmo e a ambição. (SINGER, 2003, 104)

Ao contrário dessa visão que enxerga no trabalho como atividade penosa, Marx o vê como a esfera da realização. Superada a alienação, o trabalho para Marx poderá ser visto como o lugar da autoexpressão humana. O fim da atividade será ele mesmo, e a sociedade. Disso decorre que nosso autor tem uma concepção de economia como uma atividade (“ocupação, trabalho; interesse; o que há que fazer e, por extensão, coisa; causa, questão, caso; assunto”. (OLIVEIRA, 2004, p.145), e isso significa “[...] o homem deve fazer economia, se quiser viver. Mas, como se vê, é ele que a faz (OLIVEIRA, 2004, p.146)”.

À guisa de conclusão, e como síntese do trabalho, procuramos demonstrar as relações entre antropologia, trabalho, alienação e liberdade. Nosso esforço pode ser resumido nessas palavras:

Se a alienação é vista como uma necessidade inerente ao processo de autodesenvolvimento do homem porque essencialmente ligada ao modo de produção capaz de criar as condições materiais de sua própria superação, então ela é uma necessidade destinada a desaparecer, a ser superada pelo desenvolvimento histórico concreto da mesma atividade produtiva, o que permite a projeção de uma sociedade comunista na qual desaparece a oposição entre o homem e o trabalho [...] Só é possível pensar o trabalho como desalienado numa sociedade em que ele não seja uma atividade subordinada a fins exteriores, mas tenha em si o próprio fim. Só no horizonte de uma sociedade em que as necessidades mais básicas da vida possam ser supridas de maneira regular pela abundância material, o trabalho poderá ser livre expressão do homem. Ou para dizer como Marx, o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade. (GUIMARÃES; GUEDES FILHO, 2015, p.145-146)

REFERÊNCIAS

- GUEDES, Édil. *A economia como sistema da representação em Karl Marx*. São Leopoldo: Unisinos, 2014.
- GUIMARÃES, Julian Batista; GUEDES FILHO, Édil Carvalho. O trabalho como mediação da autorrealização do homem em Marx. *Sapere Aude* – Belo Horizonte, v.6 - n.11
- HENRY, Michel. *O socialismo na obra de Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O capital: crítica da economia política: volume 3*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. Introdução [I. produção, consumo, distribuição, troca (circulação)]. In: *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.

OLIVEIRA, Júlio Ferreira. *Ethos e politeia: os fundamentos da concepção marxiana da economia*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção filosofia).

SINGER, Peter. *Marx*. São Paulo: Loyola, 2003.

VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica I*. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx*. Boletim SEAF, Belo Horizonte, n. 2, p.5-15, 1982.